

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES URBANO-RIBEIRINHAS EM PARINTINS (AM)¹

Estevan Bartoli

Professor da Universidade do estado do Amazonas, doutorando em geografia pela UNESP-PP.

Bolsista pela FAPEAM.

estevangeo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Objetivamos no presente texto levantar questões para análise das manifestações de variados embates e territorialidades no espaço intra-urbano de uma cidade ribeirinha, tomando os estudos realizados na cidade e Parintins (AM) como ilustrativos na constatação de novas territorialidades, partindo da análise de formas de produção do espaço urbano (ocupações irregulares) e as territorialidades que os grupos reconstroem, onde as práticas espaço-temporais, consideradas como mobilizações coletivas, estabelecem redes colaborativas e espaciais para suas manutenções, tendo no espaço geográfico aspectos recursivos ligados a elementos da cultura ribeirinha sendo reproduzidos diferencialmente no espaço urbano.

Analizamos o caso dos Tilheiros (produtores artesanais de embarcações) consistindo em potenciais Sistemas Locais Territoriais, para entender como ocorre a formação dessas redes sociais de agentes não hegemônicos para a busca de alternativas ao planejamento urbano-regional.

O efervescente ambiente desenhado pelas novas correlações de forças nas variadas experiências latino americanas, trazem à geografia extenso leque de possibilidades, como ciência, de concatenar os avanços no campo teórico e conceitual às inúmeras manifestações do/no espaço em curso em diversos contextos e ambientes. Analisar as condições reais em que grupos, movimentos sociais diversos e sujeitos interagem em construções de territórios e territorialidades, passa a ser exercício importante para busca de alternativas que não desaguem em propostas embasadas em fórmulas pré-concebidas, desarticuladas das realidades vividas em suas múltiplas manifestações.

Assim, os avanços agressivos nas últimas décadas no Brasil das atividades capitalistas em variadas esferas, causaram desequilíbrios estruturais relacionados às décadas de lutas por melhorias trabalhistas e sociais, associadas a reformismos que em certa parte tiveram influência da esquerda histórica no Brasil. Os retrocessos e o eminente fracasso do projeto dos ajustes estruturais encampados pelo neoliberalismo, vieram, contraditoriamente, a um recuo de posições de setores da esquerda quanto à qualidade das propostas de mudanças e de posições na luta política. Nesse contexto, Sader (2009) destaca que a visão ultra-esquerdista não incorpora essas transformações regressivas, onde a falta de estratégias causaria refúgio numa mítica da autonomia dos movimentos sociais, renunciando às proposições estratégicas e deixando assim o

¹ Artigo elaborado para a Disciplina: Teorias do Território e da Questão Agrária, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no segundo semestre de 2013, na Universidade Estadual Paulista (UNESP – Presidente Prudente) – Programa de Pós-Graduação em geografia.

campo antineoliberal despreparado para responder aos desafios da crise hegemônica. Encamparemos no presente texto a ideia de que é preciso enxergar a Amazônia hoje em seu contexto urbano, caso queiramos, a partir das constatações atreladas às investigações em geografia, propor projetos alternativos a partir de experiências existentes.

A centralidade do discurso ambiental, a re-politização da natureza e a proeminência de discursos desenvolvimentistas ainda vigentes, fizeram da Amazônia, na retomada das ações governamentais, alvo de disputas de projetos em cenários desenhados pelo embate crescente entre novos e velhos atores. Do avanço do agronegócio à permanência de padrões de uso do solo destrutivos e antigos (grilagem de terras, derrubada da floresta e formação de pasto), os projetos ligados a grupos não hegemônicos tem ganhado espaço e força nas últimas décadas, como os ligados aos grupos ambientais, indígenas, quilombolas entre outros. Nesse cenário sustentamos que ainda há certa invisibilidade da questão urbana na Amazônia, cujos destinos das empobrecidas populações urbanas apareceriam como elemento central ao almejarmos outros projetos de desenvolvimento regional. A realidade das cidades estariam sendo foco de baixíssima atenção por parte dos pesquisadores e agências governamentais nas últimas décadas, inferindo em erros gravíssimos na maneira com que se tem diagnosticado e implementado as políticas públicas.

Nesse contexto, diversas experiências de resistência aos ditames neoliberais e à crise estabelecida pelo amargo cenário de pobreza, desemprego e desmonte de setores produtivos, surge na América Latina, com projetos como a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), experiências diversas de intercâmbios de comércio justo entre Cuba e Venezuela, economia solidária e, no ambiente acadêmico, elaborações de textos e análises teóricas do grupo Comuna na Bolívia sendo considerada uma vanguarda e destacados por Sader (2009). O autor coloca como desafio, encarar as contradições da história realmente existentes nos novos caminhos da América Latina, levantando a noção de pós-neoliberalismo (categoria descritiva) que designa diferentes graus de negação ao modelo, mas não ainda um novo modelo, e ao mesmo tempo, um conjunto híbrido de forças que compõem alianças sobre as quais se baseiam o novo projeto.

Nesse desafio teórico da esquerda, quais seriam as contribuições dos estudos territoriais pela geografia? Como a ciência geográfica pode auxiliar, na elucidação dos cenários existentes, para que possamos, a partir das condições reais, traçar estratégias de resistência que tenham na imaginação espacial e principalmente na criatividade, respostas efetivas? Fórmulas históricas embasadas em autores clássicos sobre revoluções seriam apenas saídas cômodas para o enfrentamento das condições reais, e que, formulariam falsas percepções do que ocorre hoje na complexa interação entre os territórios do poder e os contra poderes.

Tendo termos Gramscianos como base de sua reflexão, Sader ilustra que a hegemonia (em sociedades atrasadas) apoia-se na coerção, e não nos consensos, onde

Tal análise aponta para a construção muito mais complexa, de estratégias

políticas em sociedades em que o poder se assenta sobre consensos fabricados e os eixos de poder são coordenados pelo aparelho de Estado, mas seus pilares determinantes se situam fora dele. (SADER, 2009).

Ainda com base em Gramsci, Coutinho (2010) aponta a exclusão da grande política que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo, lembrando que relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum. Hegemonia é consenso e não coerção, e que haveria hoje um consenso passivo (pequena política) que não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas, com aceitação resignada do existente. Essa Hegemonia da pequena política ocorre quando se torna comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, fato que dissolve a luta de classes (COUTINHO, 2010). O autor encampa ainda os conceitos de *contrarreforma*, resposta conservadora e restauradora das forças hegemônicas, e o *transformismo*, a cooptação de lideranças políticas e culturais das classes subalternas, sendo a época neoliberal a generalização desses fenômenos. A partir dessas provocações, partimos do pressuposto que a questão urbana amazônica, muito tímida nos debates sobre os rumos da região, deve ser central na retomada das questões sobre alternativas de desenvolvimento regional e para a inserção das cidades como *locus* privilegiado de ações contra-hegemônicas em suas zonas (hinterlândia direta) de influência. O planejamento hegemônico desenvolvimentista, impregnado nas concepções sobre a região, é minimalista quanto ao potencial das cidades. Atualmente, o Estado tem encampado práticas que remetem à atuação do planejamento regional durante a Ditadura Militar, com apoio à constante penetração do capital em suas variadas frações e na implementação de sistemas de engenharia (transportes, hidrelétricas, comunicações) que propiciam a integração da fronteira ainda móvel em detrimento de populações tradicionais como temos visto em vários embates entre os agentes em cena hoje na Amazônia.

Portanto, o que tem ocorrido de relevante no espaço intra-urbano de cidades ribeirinhas? Afirmamos a importância da atenção aos grupos que denominaremos urbano-ribeirinhos, que inseridos em diferentes contextos a partir do êxodo, reconstroem estratégias de sobrevivência, identidade e afirmação enquanto grupo, atreladas a experiências socioterritoriais e socioespaciais como pretendemos demonstrar.

Nesse amplo cenário de ideias e experiências, levantaremos no presente texto a necessidade de um Programa que incorpore a abordagem territorial urbana para o desenvolvimento regional amazônico, que se pautar a partir da temática de movimentos socioespaciais e socioterritoriais urbanos (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009). Evocaremos como tema, as cidades na floresta, cujos cenários de resistência e importância estrutural sempre foram excluídos dos grandes debates, sempre invisíveis pelas políticas nacionais para a região, e tem sido tema apontado por diversos autores como essencial aos rumos da Amazônia, com destaque aos trabalhos de Bertha Becker (2004, 2008 e 2013).

CIDADES NA FLORESTA E ESPAÇOS DE ESPERANÇA

As variadas conexões que as cidades possuem pela sua posição relacional e transescalar nos induz a afirmar que os desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2000), resultados de forças hegemônicas de mercado e de uso do solo, se processam num embate constante com os usos tradicionais de populações distintas, sejam elas ribeirinhas, indígenas ou quilombolas, *versus* forças modernizantes hegemônicas.

Nossa preocupação no presente texto é levantar questões para análise das manifestações desses variados embates no espaço intra-urbano, tomando os estudos realizados na cidade e Parintins (AM), como ilustrativos na constatação de novas territorialidades. Vislumbrar alternativas aos preocupantes cenários de pobreza urbana vigentes na Amazônia torna-se tarefa urgente, e a geografia como ciência deve propiciar investigações e debates, levantar questões e ressaltar expressões, processos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009) que sejam passíveis de ser caracterizados como espaços de resistência, territorialidades contra-hegemônicas, e até mesmo identificar Sistemas Locais Territoriais (SLoT) como encampa Demmatteis (2008).

Na constante transformação de ambientes cujas relações principais eram pautadas no uso do espaço, pretendemos salientar, que nos interstícios da urbanização Amazônica existem embates e conflitos entre as formas tradicionais das populações² que, desterritorializadas com o êxodo, tornam-se migrantes que refazem e reconstróem (integral ou parcialmente) estratégias do modo de vida ribeirinho nas cidades, ou as atingidas pela expansão das cidades em espaços periurbanos (BARTOLI, 2013), e se distribuem em novas territorialidades, onde a *cultura rústica* nos é de grande interesse, se pretendemos rumar para modelos mais democráticos e criativos, no que infere na dinamização de *territorialidades ativas* (DEMATTEIS, 2008) que deem visibilidade aos atores não hegemônicos.

Com a consolidação da Floresta Urbanizada (BECKER, 2004), faz-se necessário que a análise geográfica esteja atenta às reestruturações sub-regionais e seus rebatimentos espaciais intra-urbanos, tomando por base o recente contingente populacional das cidades em voga oriundos do êxodo rural, e principalmente, quanto à problemática que pretendemos ressaltar atrelada aos destinos dessas populações quanto à qualidade do espaço urbano em extensas e precárias áreas irregulares e suas possibilidades (lazer, sociabilidades, alterações abruptas da paisagem, etc.) que temos observado até então nos estudos relativos a Parintins.

O urbano em meio à maior floresta tropical do planeta apresenta particularidades atinentes à maneira com que as sub-regiões estiveram ligadas aos ciclos de exploração de

² “Populações classificadas como ‘tradicionais’, isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. [...] não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente” (ARRUDA, 2000).

recursos naturais, e à paulatina integração e polarização às demais regiões brasileiras. Nessa constante *inserção reflexa* na economia mundial (BECKER, 2004), os destinos das populações sempre estiveram atrelados às flutuações e fases da reprodução do capitalismo nacional e internacional, desaguando na formação de uma população dispersa e de vínculo específico ao conjunto de recursos territoriais, onde

[...] as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da *cultura rústica*, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem. (ARRUDA, 2000, p.274).

Como essas populações, ao migrarem para cidades tipicamente ribeirinhas, reestabelecem suas estratégias de sobrevivência e reproduzem suas práticas culturais em espaços que tendencialmente rumam para uma imposição do predomínio da troca, do racionalismo das formas urbanas? Como esses agentes estabelecem suas relações em espaços em constante transformação e como essas práticas podem ser visibilizadas e traduzidas como elementos de resistência e/ou alternativa para a crise do espaço público que se esfacela, como nos adverte Sennet (1988). Assim, o indivíduo e a multiterritorialidade que abarca suas relações adquire importância, pois seus símbolos e valores reconfiguram o espaço, um novo espaço, onde a cultura ganha dimensão antes sufocada para o universo econômico-político tradicional (HEIDRICH, 2010).

As territorialidades que pretendemos ressaltar em estudos futuros, nos remetem a exercícios imaginativos que rompam com as amarras dos universos institucionais que nos aprisionam, como no utopismo dialético proposto por Harvey (2000, p.331), que tem a virtude de ultrapassar as concepções simplistas das relações entre formas e processos, pois as formas espaciais pretendidas por planejadores ou governantes acabam sendo subvertidas e até controladas pelos processos sociais a que pretendiam controlar. Reside aqui a importância da forma urbana, que como “rugosidade” (SANTOS, 2004) impele constrangimentos pelo conflito latente entre uso e troca, onde o projeto de cidade, no sentido que nos provoca Secchi (2007), é abandonado ou até conduzido sem critérios da virtualidade potencial que o espaço urbano possui.

Não pretendo aqui alongar a abordagem microterritorial sobre espaços que rompam ou transgridam com a homogeneidade estrutural (no sentido das condições requeridas para a reprodução do capital), mas detectar que tais instâncias procedem como caminho inicial para a busca da pluralidade de alternativas onde devemos concatenar tais reflexões a todas as propostas de planejamento para cidades e espaços rurais, que até então foram implementadas na Amazônia, tendo em vista que as nuances e realidades geográficas (nos referindo à multidimensionalidade intrínseca a tais realidades) pouco foram levadas em consideração, tendo em vista que a produção e a *defesa dessas diferenças geográficas* (HARVEY, 2000) é suporte

para definição de campos possíveis de ações políticas futuras, além de essenciais para a compreensão das contradições capitalistas onde

É pois, vital, compreender que libertar a humanidade em favor de seu próprio desenvolvimento é abrir a produção de escalas e de diferenças, e mesmo abrir um terreno de contestação no próprio âmbito de cada escala e de cada diferença, bem como entre escalas e diferenças em vez de suprimi-las (HARVEY, 2000, p.117).

Enfim, como nos legou Lefebvre (1974 apud GOTTDIENER, 2010, p.126), as estratégias emancipatórias passam pela busca da tomada de decisões quanto ao direito da produção socioespacial. Para o autor, as propriedades dialéticas das relações espaciais se articulam com as propriedades exteriorizadas do modo de produção em inúmeros níveis, onde a questão do controle sobre as relações e o *disign* espacial, portanto, tem para a sociedade a mesma importância revolucionária que a luta pelo controle dos outros meios de produção.

Os espaços de esperança requerem o olhar sobre os usos alternativos presentes nas híbridas formas urbano-ribeirinhas, cuja dialética se refaz em conteúdos culturais pouco abordados nos paradigmas urbanos presentes nas argumentações sobre cidades na Amazônia. Há algo a mais, que o tempo lento explicitado no morador de uma palafita urbana e no lento remar de sua canoa, pode nos dizer, principalmente quando analisamos as estratégias recursivas que vários coletivos organizados (Colônias de pescadores, Associações diversas entre outros), tecem junto ao território de cidades tipicamente ribeirinhas, cujas atividades produtivas conectam comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas aos vários tipos de apropriações e territorialidades que partem das atividades artesanais advindas de espaços urbanos, como demonstraremos adiante.

DOS ESPAÇOS AOS TERRITÓRIOS: ATIVISMOS, OCUPAÇÕES URBANAS E TERRITORIALIDADES

Desde os estudos clássicos sobre periodização das cidades na Amazônia brasileira de Corrêa (2006) cuja importância reside em averiguar as funções dos centros urbanos e a formação da rede nas sucessivas fases econômicas que a região se submeteu, ressalta-se o legado histórico que remete destaques na formação da região, como: possuir uma ocupação tardia e dependente do mercado externo, com surtos e valorizações momentâneas; a importância da geopolítica e controle do território vinculados a aspectos ideológicos (segurança nacional, fronteiras de reprodução do capital, entre outros); e as experiências de ocupação territorial com confrontos entre modelos externos e internos (BECKER, 2004). Com a chamada “Nova geografia da Amazônia” e os embates entre novos agentes em distintos projetos, diversas frentes relativas às variadas fronteiras formaram contextos urbanos desarticulados de um princípio de ordenamento geral, como apontam Browder e Godfrey (2006). Na constante marcha de integração regional amazônica, as cidades passam a cumprir diferentes papéis relativos às frações diversas

de reprodução do capital, desde as incursões de maior intensidade no período militar, às redefinições e embates de forças atuais, como no exemplo do agronegócio e as populações tradicionais.

Portanto, o território é objetivado por relações sociais de poder e de dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas (RAFFESTIN, 1993).

Adentraremos aqui no fulcro de nossa indagação: a de que o processo de urbanização na Amazônia propiciou, no ambiente urbano, movimentos sociais que constroem e reconstróem territorialidades, em movimentos socioespaciais e socioterritoriais. As sucessivas crises produtivas ligadas às conexões externas que as sub-regiões foram se submetendo, causaram um quadro de migração das populações que passaram a abandonar as áreas rurais. Em Parintins, assim como na maioria das cidades locais e de pequeno porte, há uma incapacidade de absorver tais populações na economia urbana, que ainda funciona basicamente como entreposto comercial e de coordenação e extração de mais-valia das áreas rurais pelas elites locais. Oliveira (2012) aponta outras características das pequenas cidades locais: (i) baixa articulação com as cidades do entorno; (ii) atividades econômicas urbanas quase nulas; (iii) pouca capacidade de oferecimento de serviços públicos, mesmo os básicos; (iv) predominância das atividades rurais. O repasse de recursos públicos e os empregos no funcionalismo ainda são parte majoritária dos empregos formais nos pequenos núcleos urbanos da Amazônia.

Forma-se um quadro onde as mínimas condições das populações em manter seus modos de vida, ficam comprometidas, e as cidades, tornam-se palco dos movimentos por moradias que passam a moldar a maior parte da evolução do plano urbano através das ocupações irregulares.

Reside aqui a importância da abordagem territorial. Suscintamente, há uma abordagem (i)material, histórica, relacional e multiescalar do desenvolvimento e do território, da desterritorialização e da re-territorialização, reconhecendo discontinuidades, desigualdades, ritmos, diferenças, identidades, temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2011).

Assim, com a urbanização, a cultura e o saber indígena e caboclo permanecem, em grande parte, dissociados das grandes transformações, implicando na quebra da relação socioespacial na qual os ribeirinhos apoiavam suas identidades. Ressaltar em pesquisas as territorialidades que esses grupos reconstróem, podem ser consideradas levando-se em conta: (i) a coerência interna de cada lugar, o que remete aos limites e as diferenças; (ii) O processo histórico, inerente às tradições, à memória e as atitudes; (iii) A tensão teleológica, que remete a projeções futuras (DEMATTEIS e GOVERNA, 2003 apud SAQUET, 2011).

Isso envolve a necessidade de compreender as relações sociais, as apropriações e intencionalidades, enfim, as práticas espaço-temporais, para subsidiar a discussão, o planejamento e a realização de projetos, com ênfase nas formas-conteúdos: identidade coletiva, patrimônio territorial / lugar.

Nas últimas duas décadas, ocorreram em Parintins alterações profundas na sua configuração socioespacial devido à formação do chamado “ciclo das invasões” dos anos 1990. Trata-se da formação dos quatro bairros mais populosos do município, Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União que juntos abarcam 41.163 habitantes (Comissão Municipal Censitário – 2007 / Secretaria de Assistência Social e Trabalho - 2009). Esse ciclo causou o início da ocupação da segunda grande ilha do arquipélago principal que constitui sítio apto à expansão urbana. As áreas atingidas eram pertencentes ao então, empresário paraense Paulo Corrêa, que foi indenizado posteriormente pela prefeitura, o que significou que suas terras, antes rurais, foram negociadas como urbanas, auferindo a valorização pretendida como proprietário fundiário, demonstrando a intersecção de agentes na produção do espaço urbano.

Os registros do jornal Novo Horizonte demonstram a vinculação desse ciclo com conjunturas políticas da época e o apoio de vereadores, relacionando o processo apenas a disputas de poder (figura 1). Nega-se portanto, nas entrelinhas, a causa principal das ocupações: o *déficit* de moradias e a crise economia sub-regional.

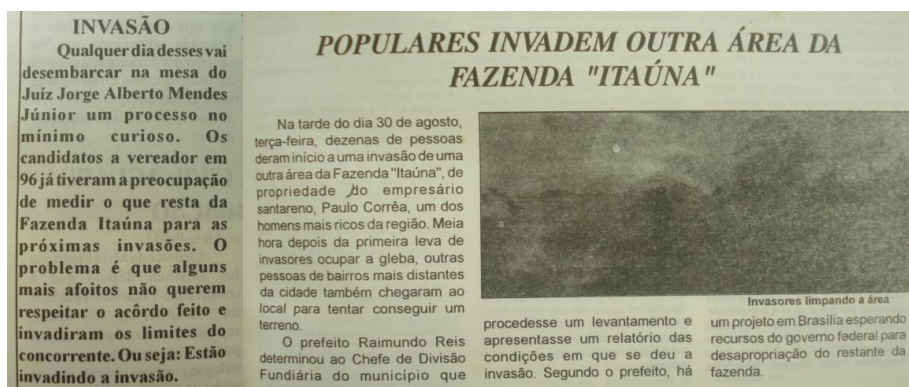


Figura 1 – invasões da fazenda Itaúna.

Fonte: arquivo do jornal Novo Horizonte – 12/04/1995

Fica claro na abordagem do jornal Novo Horizonte o estigma socioespacial pretendido no termo “invasão”, e que em várias outras reportagens da época relacionam o aumento da marginalidade e ocorrência de crimes aos recentes bairros oriundos de ocupações irregulares (Itaúna I e II), sem ao menos apresentar dados que comprovem tal associação.

Os impactos dessas ocupações irregulares e sua transformação e cristalização em bairros na morfologia da cidade foram enormes, pois estiveram atrelados à superação dos limites físicos impostos pelo sítio, sendo necessários vários aterros sobre o lago Macurany e a construção de duas pontes. Esse contexto nos remete a evidenciar o peso das populações de baixa renda na produção e organização do espaço urbano, como agentes produtores do espaço, onde a forte demanda popular e a formação da cidade ilegal se associam a disputas de poder e tentativas de regularização dos lotes na formação de bairros como clientelas eleitorais. Trata-se de uma velha prática em novas geografias.

Em 2009 ocorreu a quarta grande ocupação de terras periféricas oriunda de fazendas periurbanas na cidade, originando o atual bairro da União. Frisamos a importância das ocupações

urbanas pelo fato de consistirem uma resistência ao recente processo de desterritorialização que tais populações tem sofrido, sendo que a maior parte dos ocupantes são originários de comunidades ribeirinhas cuja característica é a posse de áreas rurais, não possuindo títulos de propriedade de terras, o que os fragiliza ainda mais, quanto às possibilidades de permanência e resistência dos grupos frente às sucessivas crises.

Ao migrarem para as cidades passam a encontrar cenários de dificuldade de inserção no escasso mercado de trabalho, que passam a reconstruir aspectos identitários, carregando consigo suas territorialidades e, de certa maneira, as redes colaborativas dos antigos territórios delimitados das comunidades ribeirinhas.

Apesar do trunfo, autodefinição e resistência pelas lutas em relações de poder dar certo sentido ao ordenamento do território, não houve continuidades de ações e formação de agenda nas demandas e reivindicações dos grupos que resistiram e conseguiram conquistar um território, no caso, as ocupações. Não estaríamos, portanto, nos dando conta de um movimento socioterritorial em sua fase inicial, que

[...] são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de criação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realizações de ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia. Em seu processo de recriação se especializam e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos (FERNANDES, 2005, p. 13).

Apesar de abalar valores conservadores da sociedade tidos como invioláveis, como exemplo a noção de propriedade privada, e provocarem uma ruptura com o monopólio do uso do espaço pelo dominante capital mercantil (reservas de terras periféricas com intuito especulativo), e apesar de ter base em grupos populares, as ocupações urbanas de Parintins não tiveram continuidade de ações, sendo consideradas como mobilizações coletivas. Mobilizações coletivas podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que busca organizar suas ações com objetivo de obter resposta às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda (PEDON, 2009, p.83).

Por ter ação limitada e descontínua, no tempo e no espaço, caso ocorresse o estabelecimento de planos e metas, estaria a possibilidade da mobilização gerar um potencial movimento socioterritorial. Para Pedon (2009), portanto, o que diferencia uma mobilização de um movimento socioterritorial é, além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território.

A mobilização, nesse ínterim, após a conquista de sua reivindicação, toma formas de organização e formação de espaços políticos que não evidenciaram a continuidade das ações, apesar do ainda altíssimo *déficit* habitacional municipal. Tais populações passaram para a constituição de Associações de Bairros, Colônias de Pescadores, Associação de Mulheres, entre outras, não tendo mais como principal demanda a conquista de território, caracterizando portanto

movimentos socioespaciais (FERNANDES, 2005).

Ainda assim, vemos nessas populações, possíveis agentes produtores de outras territorialidades alternativas, que ao se inserirem no espaço urbano, estabelecem redes colaborativas e redes espaciais para suas manutenções, tendo no espaço geográfico aspectos recursivos ligados a elementos da cultura ribeirinha sendo reproduzidos diferencialmente no espaço urbano.

TERRITORIALIDADES URBANO-RIBEIRINHAS

Importante atentar para as múltiplas escalas de territorializações, das micro até as macro-territorializações, onde a dinâmica espacial dos movimentos sociais é constituída por sua capacidade de combinar escalas, de saber propor novas espacialidades alternativas, e também atuar nos espaços já existentes (favelas, loteamentos irregulares), como aponta Souza (2008).

Como nos legou Lefebvre (2004) ao reportar sobre a possibilidade da revolução urbana, salienta que a própria forma urbana potencializa a geração de um objeto virtual, o urbano. A disposição espacial (morfológica e sociológica) contém o essencial do fenômeno urbano na sua centralidade, cujo movimento dialético constitui e destrói, cria e estilhaça. A centralidade reúne os símbolos e signos. São os signos da reunião: as coisas que permitem a reunião: a rua, asfalto a calçada, e as estipulações da reunião, a praça, as luzes (LEFEBVRE, 2004). Pensar os espaços urbano-ribeirinhos como portadores de virtualidades, como espaços que contém redes colaborativas recriadas criativamente pelos agentes não hegemônicos é de extrema importância para vislumbrarmos inserções não subalternas dessas populações frente à urbanização regional.

O exemplo dos tilheiros (figura 2) e pescadores urbanos são ilustrativos temas para pesquisas futuras. Os tilheiros consistem nos fabricantes artesanais de canoas, bajaranas e outras embarcações de pequeno e médio porte regionais, que com recursos locais, saberes tradicionais e inserção econômica de grande importância, resistem e refazem suas práticas no meio urbano. Consistindo em potenciais Sistemas Locais Territoriais (DEMMATEIS, 2008), podem ser potenciais elementos passíveis de constituição de redes colaborativas na criação de trocas mercantis alternativas como o comércio justo e a economia solidária. Os pescadores e as Colônias, como movimentos socioespaciais, são grupos de relevância no que tange à territorialidade e identificação econômico-cultural, consistindo em peça chave na reprodução social das fragilizadas populações urbano-ribeirinhas. Quando consideramos o acesso a recursos materiais e imateriais, essas interações tornam-se verdadeiros recursos sociais que ajudam os indivíduos a “se virarem” em condições de escassez, utilizando intensamente as redes em suas estratégias (MARQUES, 2013). Os ribeirinhos, ao se inserirem em cidades alterariam os padrões de vínculo? Até que ponto eles se refazem?



Figura 2: Tilheiros na lagoa da Francesa – Paritins (AM).

Fonte: BARTOLI, Estevan (06/07/2012)

Assim, a geografia urbana como ciência, ao ter essas manifestações especializadas e territorializadas, deve procurar entender como ocorre a formação dessas redes sociais de agentes não hegemônicos para a busca de alternativas, seja no desenvolvimento urbano ou no planejamento que busque autonomia (SOUZA, 2008). Levantamos algumas questões: quais as estratégias de sobrevivência eminentemente urbanas estão ligadas a modos de vida tradicionais, vinculados aos recursos naturais locais? Qual o peso da pendularidade (rural-urbana) na economia desses ribeirinhos urbanos, extrativistas e pescadores, que ao residirem num complexo de ilhas fluviais (no caso, Paritins) usam os rios como ligações com o mundo rural, formando assim um espaço contínuo entre o meio rural e urbano? Como frações das elites mercantis se beneficiariam dessas fragilidades, onde tais agentes se inserem no circuito da economia urbano ribeirinha? De qual maneira?

Aqui, a cartografia social poderia ajudar na elucidação e visibilidade de tais manifestações no espaço, pois auxilia na criação de outros mecanismos de ler as cidades e demais territórios na Amazônia³. É necessário construir outra cartografia, com outras linguagens que rompam a seleção espacial e social produzida pelas interpretações mais veiculadas da vida coletiva, uma cartografia da ação que descubra mazelas do cotidiano, não necessariamente expressa em mapas, mas uma cartografia que valorize contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências. Na cartografia predominante, desaparece a vida de relações, empobrecendo as representações da experiência social. Devemos superar as representações hegemônicas da sociedade sobre o espaço popular e confrontar a noção predominante de território, além de reconhecer historicidades particulares (RIBEIRO, 2011).

O **raciocínio espacial** levantado por Renato Emerson Santos (2006) leva em conta as experiências de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, nos auxiliando partir dos movimentos para repensar práticas contra-hegemônicas, onde devemos considerar a

³ Como as experiências da Nova Cartografia Social na Amazônia vem demonstrando em importantes publicações sobre a temática: <http://www.novacartografiasocial.com/>

materialização / manifestação (a cartografia do movimento), seus recortes e construções identitárias, a formação do território e territorialidade, a ação, temário e agenda dos grupos, a ação e interlocutores, e os sujeitos e suas experiências espaciais do fazer político (SANTOS, 2006).

À guisa de considerações finais, nos permitimos a uma questão para reflexão mais geral de cunho hipotética: tais populações desterritorializadas, ao se inserirem meios às rugosidades urbanas atreladas ao sítio urbano peculiar (cidade ribeirinha), traçariam estratégias de sobrevivência, como recursos territoriais específicos que podem ser considerados como *redes socioespaciais*?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL.

Recentes tentativas são apontadas na chamada geografia da territorialidade ativa na construção da abordagem analítico-operativa, com autores como G. Dematteis, F. Governa, E. Dansero, - o chamado grupo de Turim (SAQUET, 2011). Entre a proposta dos autores, destaca-se os estudos relativos ao Sistema Local Territorial (SLoT), um instrumento para representar, ler e transformar o território, intencionando a projeção do agir coletivo; individualizar relações incompletas, ativar relações sociais entre os agentes; avaliar as qualidades do território, sugerindo ações e avaliando sustentabilidade territorial (DEMATTEIS, 2008). Fazendo parte da proposta do autor, o desenvolvimento local ocorre quando a super-mobilidade em nível global interage e combina com a fixidez do nível local. A Globalização deve considerar assim, outros níveis de valoração, e não só os de mercado. Ressaltar o conjunto de recursos imóveis locais pode ser considerado como um capital territorial (DEMATTEIS, 2008) a ser associado ao processo de desenvolvimento auto governado.

Entre as estratégias transescalares a serem construídas, Vainer (2001), aborda o fracasso das políticas destinadas ao desenvolvimento local que abranja somente a escala local, apontando que a análise das escalas não pode substituir as escalas dos processos, onde qualquer projeto (estratégia?) de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos, políticos e estratégicos.

As *redes sociais* (ou socioespaciais?) construídas no ambiente urbano nos levam aos seguintes questionamentos: a relação das territorialidades construídas no espaço urbano segregado condicionariam formas específicas de sociabilidades? Os movimentos socioespaciais, dentro de sua lógica organizacional, conteriam redes colaborativas a serem potencializadas como interações criativas?

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo S. V. "Populações tradicionais" e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Disponível em www.fct.unesp.br/nera

para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Nupaub – USP / HUCITEC, 2000.

BARTOLI, Estevan. Espaço periurbano de Parintins: expansão urbana e loteamentos recentes. IN: **Anais SIMPURB** – Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013. CD room.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____, B. K. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos - 2008.

_____, B. K. **A Urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond – 2013.

BROWDER J.O. & GODFREY, B.J. **Cidades na floresta**. Manaus: EDUA, 2006.

COUTINHO, N. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, BRAGA e RIZECK (orgs) **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CORRÊA, R. L. A. periodização da rede urbana na Amazônia. In: _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): Um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, F.; CORRIJO, B.; CANDIOTO (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA** - ano 8, n.6- Jan./Jun.2005.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2010.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

HEIDRICH, A. L. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: Pereira, S. R.; Costa, B. P. **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo horizonte: UFMG, 2004

_____, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 2006.

MARQUES, E. Redes pessoais e pobreza em São Paulo. In: DIAS, L. e FERRARI, M. **Territorialidades Humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013.

OLIVEIRA, J. A. Impactos sociais de desterritorialização na Amazônia. **Emancipação** (UEPG, Impresso), v.12, 2012.

PARINTINS, Prefeitura Municipal de. **Relatório Censitário Municipal: Comissão Censitária de 2007**. Secretaria Municipal de Assistência social e trabalho.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais**: uma Contribuição Conceitual à pesquisa Geográfica. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, Catia, A. da. **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda Latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, R. E. **Agendas e agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para negros e carentes**. Tese doutorado em geografia. Niterói: UFF, 2006

SAQUET, M.A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SECHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu sujeito. IN: REIS, N.G.; et al. **Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa**. FAU – USP, 2007.

SENNET, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

VAINER, C.B. Escalas de poder e poder das escalas: o que pode o poder local? **Anais**. Encontros Nacionais da ANPUR, 2001.